



Lazer, Tecnologia E Controle Social: Uma Análise Do Contexto Brasileiro

Felipe Mateus de Almeida (PPGS/UFG)

Resumo: a partir do surgimento e do desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como do aumento da divisão social do trabalho e da racionalização e burocratização das instituições e relações sociais - o que faz com que o ócio como algo contemplativo deixe de ser visto como positivo e passe a ser visto como algo negativo dando lugar a lógica do trabalho produtivo - o tempo se torna cada vez mais racionalizado e obedece a lógica do capital. O tempo se torna cada vez mais dividido e cronometrado. É nesse contexto que surge o lazer, que é uma prática moderna e que ganha força através do desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico. Nesse trabalho, apresentaremos uma discussão acerca do lazer no Brasil, associando esse fenômeno ao desenvolvimento da tecnologia no país e percebendo-o como um mecanismo de controle social do tempo livre e das atividades de “prazer” dos trabalhadores, ou seja, pretendemos demonstrar, a partir de uma análise teórica e crítica, como o Estado se apropria dessa prática para poder controlar e manipular o tempo livre dos trabalhadores. Para que o objetivo de nosso artigo seja alcançado, estaremos fazendo uso de uma bibliografia que vai desde os autores clássicos da Sociologia do Lazer – como Joffre Dumazedier e Stanley Parker – até os autores da contemporaneidade que tem produzido estudos e desenvolvido pesquisas na área do lazer e da tecnologia, o que perpassa não só o campo da Sociologia, mas também da Educação Física, da Filosofia e da História.

Palavras-chave: Lazer; Tecnologia; Controle

INTRODUÇÃO

O lazer é uma prática moderna que surge e ganha força através do desenvolvimento do modo de produção capitalista como modelo hegemônico (PARKER, 1978; VIANA, 2014).

A partir do surgimento e do desenvolvimento do capitalismo, bem como do aumento da divisão social do trabalho e da racionalização e burocratização das instituições e relações sociais - o que faz com que o ócio como algo contemplativo deixe de ser visto como positivo e passe a ser visto como algo negativo dando lugar a lógica do trabalho produtivo - o tempo se torna cada vez mais racionalizado e obedece a lógica do capital. Ele



se torna cada vez mais dividido e cronometrado. É nesse contexto que surge o lazer, ou seja, ele é “(...) um produto da sociedade moderna. Isso não quer dizer que não havia formas de distração e atividades lúdicas em sociedades pré-capitalistas, mas que o lazer é a forma específica que assume na nossa sociedade” (VIANA, 2014, p. 60).

Nesse artigo, de caráter introdutório, apresentaremos uma discussão acerca do desenvolvimento do lazer no Brasil, associando esse fenômeno ao desenvolvimento da tecnologia no país e percebendo-o como um mecanismo de controle social do tempo livre e das atividades de “prazer” dos trabalhadores.

JOFFRE DUMAZEDIER E STANLEY PARKER: precursores da Sociologia do Lazer

Um dos autores que é referência nas pesquisas sobre o lazer é Joffre Dumazedier. Para esse autor, o lazer deve ter um caráter liberatório, deve ser desinteressado, hedonístico e pessoal. Deve ser liberatório no sentido de se fazer uma livre escolha que deixe o indivíduo sem obrigações institucionais (trabalho, atividades sócio-políticas e familiares); deve ser desinteressado no sentido de não ter nenhum objetivo lucrativo ou ideológico; deve ser hedonístico no sentido de promover um estado de alegria e prazer e deve ser pessoal no sentido de as atitudes e práticas de lazer do indivíduo serem orientadas por sua própria vontade e não pela vontade dos outros, o que faz com que o lazer seja uma espécie de distração e relaxamento das atividades obrigatórias impostas pela sociedade (DUMAZEDIER, 2008, p.96).

Joffre Dumazedier afirma que o lazer tem três funções, sendo elas: a função de descanso, a função de divertimento, recreação e entretenimento e a função de desenvolvimento. A função de descanso do lazer tem como objetivo combater a fadiga do indivíduo, ou seja, recuperá-lo das deteriorações físicas e psicológicas causadas pelo cotidiano e pelo trabalho; a função do lazer como divertimento, recreação e entretenimento tem como objetivo fazer o indivíduo esquecer-se de sua vida no trabalho e das suas obrigações constitucionais, dando a ele a possibilidade de buscar alternativas de diversão através dos jogos, das viagens e dos encontros com os amigos; e a função de desenvolvimento tem o objetivo de aprimorar os sentidos, a integração com a comunidade e a prática de uma cultura mais desinteressada (DUMAZEDIER, 1973, p.33).

A partir dessas constatações, o autor conceitua o lazer como:

(...) um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou,



ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1973, p.34, itálicos dele).

A definição de lazer proposta por Dumazedier, bem como as suas funções e características, apresentam alguns problemas que precisam ser elencados e, posteriormente, superados. O primeiro ponto a ser ressaltado se refere à questão do lazer ser uma atividade de repouso. A atividade de descanso ou repouso é uma necessidade vital do indivíduo, e não uma atividade de lazer. O segundo ponto se refere ao momento do lazer como desenvolvimento de informação ou formação desinteressada por parte do indivíduo. Pensar em formação ou informação desinteressada é praticamente impossível, pois toda a atividade realizada pelo indivíduo advém de um interesse e objetivo a ser conquistado e, além disso, no capitalismo, o que mais se encontra são cursos de capacitação, formação ou aprimoramento das habilidades do indivíduo para melhorar o seu desempenho no seu trabalho e, conseqüentemente, aumentar a sua capacidade produtiva.

Para Stanley Parker - outro autor que pode ser considerado um dos precursores da sociologia do lazer - o lazer deve ser compreendido através da sua dimensão de temporalidade e de atividade. Ele é uma instituição social na qual os indivíduos participam cada um a sua maneira e de acordo com a sua condição de classe social, sendo influenciados pelas indústrias de lazer que moldam e gerenciam a prática do lazer dos indivíduos presentes na sociedade. Há de se lembrar ainda que lazer não é igual a tempo livre, pois aqueles que estão desempregados ou se aposentaram com pouco dinheiro, nem sempre tem recursos financeiros para praticar alguma atividade de lazer e seu tempo livre acaba sendo algo imposto ou obrigatório. Portanto, o lazer não deve ser imposto, mas sim algo que seja de livre escolha ou de livre vontade do indivíduo, dentro das possibilidades e dos modelos que as indústrias do lazer proporcionam (PARKER, 1978).

O conceito de Parker tem aspectos positivos porque diz que o lazer é uma prática que acontece de diferentes formas e que varia de acordo com a classe social na qual o indivíduo se encontra. Isso leva a um segundo aspecto positivo que é a percepção de que no capitalismo existe não só a divisão do trabalho entre as classes sociais, mas também existe a divisão entre as suas formas de lazer. Existe um terceiro ponto positivo que se encontra no fato de Parker perceber o papel das indústrias de lazer como formadoras de opinião e criadoras de modelos de lazer para serem praticados pelos indivíduos, o que conseqüentemente demonstra o caráter manipulador que essas indústrias dão ao lazer.



Apesar de ter trazido contribuições para se compreender o que é o lazer, Parker também apresenta limites, sobretudo no que se refere ao aspecto descritivo de seus estudos, o que é bastante perceptível em seu livro *A Sociologia do Lazer*. Nesse sentido, é preciso que se faça uma análise mais aprofundada sobre o desenvolvimento do lazer, acrescentando outros elementos para além dos que os autores que acima foram citados trazem, na tentativa de compreender como esse fenômeno surgiu e se desenvolveu no Brasil.

SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO LAZER NO BRASIL

Gomes e Pinto (2009) em capítulo de livro intitulado *O Lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas*, vão dizer que, na língua portuguesa, os termos lazer e recreação são sinônimos. O mesmo ocorre na língua inglesa, onde se observa o uso das palavras *recreation* e *leisure*, cujos significados tiveram grande influência na definição e compreensão do que era o lazer no Brasil até a primeira metade do século XX. Na França, ao contrário da língua portuguesa e inglesa, apenas a palavra *loisir* era utilizada para definir esse fenômeno.

As palavras *leisure*, lazer e *loisir*, tem origem do grego *licere*, que significa ser permitido, poder, ter o direito. Apesar de terem significados diferentes de acordo com o contexto histórico ao qual estão inseridas, todas essas palavras estão relacionadas com a vivência de atividades culturais, segundo o tempo/espaço disponíveis e a atitude assumida pelas pessoas.

Feita essa abordagem sobre a origem da palavra lazer, Gomes e Pinto (2009), passam a discutir e a contextualizar historicamente o desenvolvimento do lazer no Brasil. Segundo as autoras, até o começo do século XX, o lazer era visto no Brasil como um tempo vago e ocioso, sendo, então, pouco utilizado no vocabulário da língua portuguesa. O lazer era visto como tempo de não trabalho, cujo aproveitamento gerou preocupação na classe burguesa e em suas classes auxiliares, pois naquela época o capitalismo brasileiro estava começando o seu processo de expansão.

A partir dos anos 70, o termo lazer sofre mutações e passa ser mais utilizado na língua portuguesa. Para o senso comum, segundo Gomes e Pinto (2009), o lazer é visto como um conjunto de atividades que estão ligadas ao hobby, as férias, ao descanso, ao repouso, a desocupação, a diversão, ao entretenimento e ao tempo livre. Por mais que essa compreensão acerca do lazer não esteja incorreta, as autoras defendem que é preciso que se



compreenda o lazer como uma prática que está para além das experiências pessoais, pois determinada atividade pode ser identificada como lazer para uma pessoa e, para outra, não. Sendo assim, “o lazer designa um amplo e complexo campo da vida social que inclui uma variedade de temáticas, tais como o tempo livre, o ócio e a recreação” (GOMES e PINTO, 2009, p. 41).

Em meados da década de 30 e com a influência positivista na constituição das ideias republicanas no Brasil, o que envolvia a educação como um importante instrumento de reprodução das relações sociais capitalistas e sua divisão social do trabalho, a recreação passa a ganhar espaço no contexto das atividades de lazer da população brasileira, se tornando um meio de ocupação do tempo livre dos brasileiros, pois graças à influência das ideias positivistas na constituição dos valores republicanos no Brasil, o tempo livre e o ócio eram vistos como práticas nocivas para o desenvolvimento dos valores e das práticas de boa conduta dos trabalhadores e dos demais segmentos da população do país.

A recreação, em conjunto com a escola, tornou-se uma atividade imprescindível para que as crianças não ficassem ociosas e se adequassem ao projeto da formação de indivíduos trabalhadores capazes de contribuir com o projeto de desenvolvimento do Brasil. A partir dos projetos desenvolvidos dentro da escola, a recreação passou a ser utilizada nos espaços fora do ambiente escolar, atingindo não só as crianças, mas também jovens, adultos e idosos (GOMES e PINTO, 2009).

As primeiras experiências de recreação tiveram influência americana, através da *Young Men's Christian Association*¹, tendo sido realizadas nas cidades de São Paulo e Porto Alegre. Essas experiências serviram para consolidar a recreação como sinônimo de atividades diversas: jogos, exercícios ginásticos, música, dança, leitura, poesia etc.

Nesse sentido, em 1937, surgem os clubes de menores operários, que tinham como objetivo propor atividades lúdicas aos jovens trabalhadores, o que culminaria, conseqüentemente, no controle do tempo livre desses jovens trabalhadores ou menores operários:

Embora não tenha sido um movimento homogêneo, a organização de programas de recreação para a massa operária representou uma possibilidade de difusão desse novo paradigma. Enquanto parte integrante deste projeto educativo, gradativamente a recreação passou a ter papéis específicos na formação de valores, hábitos e atitudes a serem consolidados nas horas vagas, representando uma base de sustentação para o modo de produção capitalista em desenvolvimento no Brasil. Este novo paradigma rechaçou o ócio, visto como

¹ Traduzindo para o Português, “Associação Cristã de Moços”.



uma ameaça ao desenvolvimento da sociedade e um mal a ser combatido (GOMES e PINTO, 2009, p. 43).

É interessante ressaltar que as políticas de recreação foram desenvolvidas na época das reformas trabalhistas propostas pelo governo Getúlio Vargas no Estado Novo, políticas essas que tinham como objetivo forjar um trabalhador industrial despolitizado, disciplinado e capaz de ser produtivo, ou seja, gerar mais-valor, sustentando, assim, o projeto de expansão e hegemonia do modo de produção capitalista no território brasileiro:

A formação desse “homem novo” idealizada pelo Estado Novo correspondia à figura do trabalhador disciplinado, ágil, eficiente, ordeiro e dócil (de acordo com o molde do homem projetado pela década de 1930). Subjugado, disciplinado, reprimido e controlado, o operário foi o instrumento e o alvo principal da estratégia traçada visando amenizar as tensas relações entre a classe operária e a empregadora. (...) o Estado Novo prescrevia a construção desse “homem novo” na formação de uma raça forte, sadia e com traços característicos, passando pela prerrogativa de reeducar o homem no sentido de promover o saneamento de seu espírito, corpo e mente a fim de torná-lo mais apto para o trabalho (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p. 20).

Todo esse processo estava inserido em um conjunto de inovações tecnológicas que não envolviam somente o processo de industrialização, mas também uma série de novas tecnologias que envolviam o uso do tempo livre e do lazer dos trabalhadores daquela época. É nesse período que, no Brasil, o teatro, o rádio, o cinema e a cultura popular se desenvolvem sob o uso e vigilância das políticas estadonovistas, servindo como mecanismo de controle e manipulação do tempo livre dos trabalhadores:

Nesse contexto de transformações sociais, o próprio momento de lazer era utilizado estrategicamente para o exercício de poder. (...) O governo forte e centralizador detém os meios de comunicação exercendo uma censura rigorosa sobre as informações e, ao fazê-lo mantém para si a divulgação dos temas relevantes para a manutenção do próprio sistema. O tempo livre, por sua vez, serve para promover encontros e festas, materializando a própria propaganda do governo (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p.20).

No caso do governo de Getúlio de Vargas, dentre as opções de lazer que foram citadas, o rádio foi o principal mecanismo de consolidação e disseminação das propagandas do Estado Novo. Isso ocorreu por dois motivos: primeiro porque era um canal importante de informação para as classes urbanas. Segundo porque o rádio possuía um longo poder de alcance. Além disso, o governo Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por controlar o que era veiculado na mídia, além de controlar as diferentes manifestações populares que envolviam as atividades de lazer da classe trabalhadora.



Nesse sentido, apesar da recreação ter sido uma forma de controle e manipulação do tempo livre dos trabalhadores, interferindo de maneira direta na formação dos seus valores e da sua conduta, não podemos deixar de destacar o fato de que esses projetos orientados pela ideia de recreação contribuíram para a disseminação de diferentes práticas culturais envolvendo o lazer entre as classes sociais menos favorecidas.

É a partir da recreação que o lazer ganha espaço e se institucionaliza no Brasil. Segundo Gomes e Pinto (2009) as atividades recreativas difundidas no setor estatal e corporativo foram de suma importância para a institucionalização do lazer brasileiro.

Com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que proporcionou aos trabalhadores a limitação da jornada de trabalho, férias e períodos de folga, foi preciso pensar em alternativas e atividades que fossem capazes de ocupar o tempo livre dos trabalhadores para que os mesmos não viessem a gastar esse tempo em programas que envolvessem o alcoolismo, a vadiagem etc.

Nesse sentido, logo após a aprovação da CLT, foi criado o Serviço de Recreação Operário (SRO). O SRO era responsável por proporcionar atividades de lazer que envolvessem a recreação dos trabalhadores por meio de ações orquestradas em conjunto pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O SRO funcionava por meio de Centros de Recreação instalados em bairros com grande concentração de trabalhadores, dando a esses trabalhadores e seus familiares, a oportunidade de ter acesso, de maneira gratuita, a bibliotecas, discotecas, peças teatrais, filmes, aulas de canto, sessões de ginástica, campos de futebol, quadras de vôlei, etc. (GOMES e PINTO, 2009).

O Serviço de Recreação Operário tinha como principal objetivo recuperar os trabalhadores do desgaste físico e psicológico sofrido por eles durante suas atividades de trabalho. Com isso, os trabalhadores acabavam esquecendo-se do seu ambiente de trabalho, meso que fosse por alguns instantes. Sendo assim,

(...) essas ações possibilitavam momentos de diversão, alegria e prazer aos trabalhadores e suas famílias por meio de diferentes atividades culturais, o que foi de grande valia para vários segmentos da sociedade brasileira, especialmente para as classes social e economicamente desfavorecidas. (...) o alcance desses empreendimentos ultrapassou o mero divertimento, com amplos resultados. Era (e em alguns casos ainda é) uma estratégia social, cultural, educativa e política de ocupação e controle do tempo de não-trabalho por meio da difusão de ações assistencialistas de “recreação orientada”, promotora dos “pacotes” de atividades carregados do sentido de doação (GOMES e PINTO, 2009, p. 44).

Foi a partir desses projetos criados através do Serviço de Recreação Operário, que trouxeram diversas condições como infraestrutura física, material e ação de profissionais

qualificados naquela época, que o lazer se institucionaliza e chega a todos os setores da sociedade – com suas diferenças, é claro – atingindo inclusive as classes menos favorecidas, que passaram a vivenciar “uma multiplicidade de conteúdos culturais do lazer cujas práticas cotidianas, até então, vinham sendo reservadas apenas às classes privilegiadas” (GOMES e PINTO, 2009, p. 45).

Os projetos desenvolvidos pelo Serviço de Recreação Operário² culminaram na criação do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social da Indústria (SESI), no ano de 1946. O SESC e o SESI são instituições que nasceram da iniciativa de empresários e sindicatos, visando à contribuição para o “bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos comerciários e de suas famílias e para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade” (PORTAL SESC – GO, acesso em julho de 2018).

Essas instituições são mantidas pelos empresários do setor de bens, comércio, turismo e indústria tendo natureza assistencial e de direito privado. O SESC e o SESI tem a missão de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, priorizando o aumento na qualidade de vida dos trabalhadores do setor de comércio, bens e turismo – sobretudo aqueles de baixa renda – através de “serviços subsidiados e de excelência” (PORTAL SESC, acesso em julho de 2018).

O SESC e o SESI estavam inseridos em um contexto histórico compreendido entre as décadas de 50 e 70, onde o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras se assentava no modelo da ação e proteção estatal do *Welfare State*³, que era um modelo político, social e econômico onde o Estado fazia parte da tomada de decisão que envolvia as questões sociais e a garantia de direitos a população.

Foi nesse período que o lazer brasileiro passou a ser difundido como:

(...) ação setorizada, institucionalizada e marcada pela promoção de eventos esporádicos, como “pacotes de atividades” determinados por gabinetes técnicos e políticas de doação de materiais e equipamentos, sem uma preocupação com o nível da participação dos sujeitos nas atividades vividas. (...) ampliaram-se também as secretarias municipais e estaduais de Esporte e Lazer no país, consagrando a área da educação física como o principal difusor das políticas brasileiras nesse âmbito (GOMES e PINTO, 2009, p. 46).

Essas iniciativas que acabamos de descrever ocorreram no período do governo de Juscelino Kubitschek – JK. Juscelino foi o responsável pela construção de Brasília e também por uma série de investimentos em áreas prioritárias que envolviam o

²A expansão do SESC e do SESI em meados da década de 60, fez com que o Serviço de Recreação Operário fosse extinto.

³Traduzindo para o Português, “Estado de Bem-Estar Social”.

desenvolvimento econômico do Brasil, o que fez com que surgissem diversas hidrelétricas, rodovias e aeroportos (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011).

Esse investimento em áreas prioritárias – o que também envolveu diretamente o desenvolvimento tecnológico do país, pois houve um aumento considerável da produção de veículos e de bens de consumo duráveis que antes eram importados de outros países - fez com que as opções de lazer se tornassem mais acessíveis e diversificadas:

A industrialização e a tecnologia também colocavam o lazer nos trilhos do desenvolvimento. No contexto daquele momento, o entusiasmo diante das inovações tecnológicas era o que dava o tom das transformações no espaço das cidades, tanto quanto nos costumes da população (DIAS e SCHETINO, 2012, p. 56).

E continuam dizendo que:

(...) tal como os rumos trilhados pelo desenvolvimento econômico da época, a ideia de tecnologia esteve ligada, neste período, à noção de modernidade, de vanguarda, de inovação e sofisticação dos costumes, de tal modo que o próprio desenvolvimento tecnológico se deu por meio do discurso e da aquisição da “última” e “mais avançada” maquinaria do momento. Além disso, todo o processo perpassou e interligou, de maneira profundamente complementar, vários aspectos da vida social. O estímulo à siderurgia implicou o desenvolvimento do setor de energia elétrica, que contribuiu para o desenvolvimento da indústria automobilística, juntamente com a petrolífera, que teve suas consequências para o lazer. É mediante essa complexa teia de afinidades eletivas que algumas das transformações no uso do tempo livre podem ser apreendidas (DIAS e SCHETINO, 2012, p. 63).

Essas transformações no uso do tempo livre tem a ver com o aumento das idas aos parques, a construção de novas arenas esportivas, aumento das viagens, visitas as construções “faraônicas” do governo JK, aumento das atividades esportivas, dentre outras práticas.

Com o fim do governo de Juscelino Kubitschek e o início do golpe militar em 1964 com duração até 1985, o Brasil passou por uma série de mudanças, dentre as quais podemos citar o esgotamento do impulso político, o refluxo dos movimentos de massas, a censura e a ausência de canais para o debate, a adesão a grupos de esquerda armada e o rápido desmonte cultural (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p. 55).

A ditadura militar viu no trabalho um requisito para promover o avanço da economia brasileira. Essa conjuntura transformou de maneira considerável o uso do tempo livre dos trabalhadores brasileiros, pois houve uma redução nesse tempo livre por conta da prática abusiva de horas-extras, mesmo com a lei que limitava a jornada de trabalho:

Com a intensificação do tempo de trabalho, trabalhadores e órgãos sindicais lutaram arduamente pela ampliação do tempo livre dos operários, sendo este tempo visualizado como válvula de escape para as tensões, elemento restaurador



das energias despendidas no trabalho e estratégia para relaxar e esquecer os problemas, tornando a difícil realidade um pouco mais fácil de ser vivida (GOMES e PINTO, 2009, p. 47).

Nesse sentido, por mais que a ditadura tenha dado um grande golpe nas escolhas individuais e na liberdade dos indivíduos e tenha visto no trabalho o principal requisito para o desenvolvimento do Brasil, o lazer também teve seu papel no controle e disciplinamento dos indivíduos.

Com a grande vigilância e o controle das aglomerações e reuniões em espaços públicos, o que fez com que a rua perdesse o seu caráter de espaço de lazer, um aparelho ganhou notoriedade e se tornou um dos principais mecanismos de diversão e lazer na época da ditadura: a televisão.

Outro aspecto importante sobre o controle das práticas de lazer é a perda do espaço coletivo para encontros das pessoas. A rua como local de lazer já havia perdido espaço devido à urbanização, à exploração imobiliária e ao aumento da frota de veículos. A repressão policial acelerou esse processo e substituiu o encontro na rua pela televisão e cinema. É interessante notar que atividades de lazer como o cinema e televisão casam-se perfeitamente com a repressão nas ruas, pois a censura do Serviço Nacional de Informação nas peças, músicas, filmes, programas de rádio e TV dão segurança ao governo de que a população não se envolva com temas subversivos (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p. 70).

O governo militar utilizou a televisão para formar um aparato ideológico pautado nas artes audiovisuais. O que se tem com isso é o Estado se aliando a indústria cultural por meio do investimento em programas de rádio e TV com pouco conteúdo cultural através da produção de telenovelas, programas humorísticos e o esporte.

Outro segmento do lazer que foi apropriado pelos militares e visto como uma maneira de controle e geração de lucro foi o turismo. O regime militar criou uma política sistematizada de investimento e captação de recursos para esse setor. A construção de estradas e o turismo interno fizeram com que se criasse uma incipiente estrutura no setor terciário graças ao chamado milagre econômico:

(...) o país viu-se com um aparato tecnológico de primeiro mundo, um grande parque industrial no Sudeste, programas de desenvolvimento econômico em todo o país, substituição de importação de bens supérfluos, incentivo ao esporte, investimento na segurança nacional, construção de presídios e um sistema nacional de informação que permitia amplo controle repressivo às contestações ao regime militar. O desenvolvimento desigual do país foi uma das marcas do regime militar. Enquanto as manifestações dos setores populares foram controladas e suprimidas, a classe média teve seu apogeu devido ao “Milagre Econômico”, quando o setor militar procurava preservar uma base sólida de legitimação (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p. 72).



Enquanto as classes menos favorecidas gastavam seu tempo livre assistindo a TV, ouvindo rádio ou indo ao cinema para apreciar as programações com pouco conteúdo cultural, as classes mais abastadas e apoiadoras do regime militar aproveitavam o seu tempo livre com as viagens e hospedagens em hotéis de luxo, cruzeiros e viagens em ônibus fretados.

Outra atividade de lazer que foi apropriada pelos militares na ditadura foi o esporte. A Educação Física se tornou disciplina obrigatória e o programa Esporte Para Todos foi criado. O EPT tinha o objetivo de fazer uma transição entre o esporte formal e o não formal, sendo frequentemente ligado “às atividades com características de não formalidade, de lazer, participativas que, ao mesmo tempo, inter-relacionam-se e diferenciam-se do esporte espetáculo, enquanto forma de conduta sociocultural.” (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p. 76).

No período ditatorial, o Esporte Para Todos tinha dois objetivos: o primeiro era a busca por futuros atletas com potencial para representarem o Brasil em competições internacionais e o segundo objetivo era propiciar a prática de esportes para toda a população. Através do EPT, com ajustes dos interventores, foi criada uma cartilha nacional que utilizava datas como a Semana da Pátria, o Dia das Crianças e o Dia do Soldado para desenvolver atividades a partir dos esportes olímpicos, atividades essas que podiam ser praticadas tanto por atletas quanto por qualquer outro membro da população (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011).

Sendo assim, na ditadura militar no Brasil,

O Estado (...) ao mesmo tempo que continua o projeto desenvolvimentista, procura retirar o caráter político contestatório da produção artística e do lazer, investindo na televisão, no cinema, no turismo, nos parques, nos esportes e nas atividades físicas para formar um aparato ideológico com base no tempo livre (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2011, p. 79).

O LAZER NA CONTEMPORANEIDADE

A discussão no item anterior desse artigo apresenta o lazer enquanto uma atividade que possui a função de descanso, formação, repouso e, de certa forma, libertação dos indivíduos de suas atividades de trabalho ou daquilo que faziam contra a sua vontade.

Nota-se ainda o quanto o Estado tinha papel fundamental nas políticas de lazer, seja enquanto criador, mediador ou investidor. Seja na época do nacional-populismo de Getúlio Vargas, do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek ou dos “anos de



chumbo” da ditadura militar, o Estado e aqueles que faziam parte do seu corpo dirigente é quem comandavam as políticas do lazer.

Nesse sentido, até meados da década de 90, pensar o lazer a partir dos estudos de Joffre Dumazedier e Stanley Parker, fazia sentido e ia de encontro às práticas de lazer dos períodos que até agora foram analisados.

Todavia, as transformações no modo de produção capitalista, nos seus regimes de acumulação e nas suas relações sociais, o que conseqüentemente envolve o lazer, fizeram com que a concepção funcionalista e institucionalista do lazer sofressem críticas severas, mas, ao mesmo tempo, pertinentes. Sendo assim, como devemos analisar o lazer no Brasil em tempos de transnacionalização do capital?

Para cada regime de acumulação que surge dentro do modo de produção capitalista em detrimento da queda da taxa de lucro médio, cria-se uma nova forma de regulação da economia, do trabalho, da política, do estado e das relações sociais (VIANA, 2009).

O lazer como um fenômeno da sociedade capitalista também está enquadrado nessa lógica, sendo que para cada regime de acumulação existiam tipos específicos de lazer⁴.

Atualmente, não só no Brasil, mas em todo o mundo, o capitalismo se encontra sob o estágio do regime de acumulação integral (VIANA, 2009). Esse regime de acumulação é responsável por um aumento do processo de mercantilização e burocratização das relações, afetando de maneira direta o lazer. Surgem novas formas de lazer como, por exemplo, o videogame, o computador e a internet. É nesse contexto também que surgem os *Shopping Centers* como espaços que unificam diversos tipos de produtos e mercadorias de consumo dentro de um mesmo local, facilitando o processo de consumo nos grandes centros urbanos que já passavam por dificuldades como: falta de estacionamento, trânsito, distância entre as lojas etc.) (VIANA, 2014, p. 65). Nesse processo cada vez maior de mercantilização do lazer, a tecnologia também vai evoluindo de maneira mais rápida. Surgem os mega eventos musicais, grandes torneios esportivos etc. O desenvolvimento da tecnologia faz com que os aparelhos se tornem obsoletos em um prazo cada vez menor, o que aumenta a quantidade de novos produtos e, conseqüentemente, o consumo desenfreado (VIANA, 2014, p. 65).

Nesse sentido, o lazer se torna,

(...) tempo de consumo de mercadorias. As mercadorias consumidas são as mais variáveis, como alimentação, tecnologia, corpo, esporte, etc. As políticas neoliberais e o neoimperialismo facilitam o desenvolvimento do capital

⁴ Para mais informações sobre a teoria dos regimes de acumulação, os livros “Estado, Democracia e Cidadania” e O Capitalismo na Era da Acumulação Integral, de autoria de Nildo Viana, são leituras fundamentais.



improdutivo e este explora tudo o que é explorável, incluindo coisas que até algum tempo atrás era considerado “inexplorável” (VIANA, 2014, p. 66).

E finaliza seu argumento dizendo que:

(...) o lazer é um valor de troca e valor de uso, pois deve ser comprado e consumido, pois outros o vendem e lucram com isso. A mercantilização do lazer é inseparável de sua burocratização e, por conseguinte, do seu controle. E se os indivíduos já se encontravam controlados em seu trabalho, para-trabalho e obrigações sociais, agora mais um momento de sua vida passa a sofrer um controle externo. A práxis é reduzida a quase nada, sendo que em muitos casos se torna inexistente, e resta apenas o sono para ser mercantilizado e burocratizado, ou seja, algo controlado e lucrativo para o capital (VIANA, 2014, p. 66).

Nesse sentido, podemos afirmar que o lazer perde o seu caráter de atividade desinteressada e recreação, passando a ser mais um fenômeno ou prática que é cooptada pelo capitalismo através do processo de aprofundamento da burocratização e mercantilização das relações sociais; ele passa a ser uma atividade para gerar lucro, ou seja, uma atividade programada e modelada segundo os interesses do capital. O lazer é só mais um produto que serve para controlar e manipular as necessidades dos trabalhadores moldando-os segundo os interesses do capital para que continuem sendo explorados, vigiados e orientados a seguir determinadas normas de conduta social. Surgem novos espaços e novos ambientes que são gerenciados pelos detentores do capital; no lugar dos piqueniques, do futebol de várzea e das rodas de conversa, dá-se lugar aos fast-foods e aos grandes estádios de futebol com ingressos extremamente caros. O lazer torna-se uma prisão na qual o indivíduo fica trancafiado em um cela – que podem ser expressos pelos Shopping Centers, os modernos estádios de futebol, os grandes eventos musicais, a internet, a TV e o rádio – e é vigiado constantemente pelos guardas do lazer-programado – publicitários, marqueteiros e empresários.

O lazer passa a ser algo individualizante que nos afasta das pessoas, ele se torna competitivo e nos faz ver tudo como “coisas” - os sentimentos, os medos e os valores. Além disso, é uma atividade que só pode ser realizada se o indivíduo tiver dinheiro para consumir as mercadorias e os centros de lazer programados criados pelo capital. Ao invés de desenvolver nossas potencialidades e nos deixar com uma sensação de liberdade o que ocorre é o inverso: o desenvolvimento de nossas potencialidades é obliterado e nossa liberdade passa a ser vista através de um longo horizonte composto por diversos problemas e dificuldades.

Portanto, estamos compreendendo o lazer como um fenômeno moderno que surge com o advento da sociedade capitalista e como uma atividade de recreação e busca de



diversão que distrai e descansa o indivíduo após a realização de suas atividades de trabalho, de educação e de satisfação de suas necessidades básicas. Atualmente, segunda nossa convicção, o lazer tem relação direta com o trabalho alienado, que é uma forma de trabalho que faz com que o indivíduo pertencente à classe operária não reconheça a si mesmo, nem a seus colegas e nem o produto produzido pelo seu trabalho, fazendo com que ele viva em condição de miséria e de infelicidade. O lazer também é uma atividade que é exercida de maneiras diferentes e depende da classe social a qual se pertence e ao quanto se pode gastar e desfrutar dos modelos e instituições que a indústria do lazer cria e proporciona aos indivíduos.

CONCLUSÃO

Apesar de ser um tema de pesquisa relativamente novo no Brasil, percebe-se que pesquisar o lazer é algo complexo, pois o tema já é fruto de diversos debates e concepções.

Nesse artigo, apresentamos uma breve contextualização histórica sobre o desenvolvimento do lazer no Brasil, tentando demonstrar sua relação com a tecnologia e como o Estado se apropria dessa prática para poder controlar e manipular o tempo livre dos trabalhadores. Esperamos que esse texto não esgote o tema e sirva como fruto de debate e discussão em Seminários, Encontros ou Disciplinas que englobem a temática do lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. *O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização*. São Paulo: Phorte, 2011.

DIAS, Cléber; SCHETINO, André. Lazer e Tecnologia no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: MELO, Victor Andrade de et. al. (Orgs.). *Lazer e Tecnologia*. Rio Grande do Sul: Ijuí, 2012.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Sociologia Empírica do Lazer*. 3ªed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOMES, Christianne; PINTO, Leila. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christianne et.al. (Orgs.). *Lazer na*



América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 39 – 75.

PARKER, Stanley. *A Sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Portal do SESC. Disponível em: < www.sesc.com.br>. Acesso em julho de 2018.

VIANA, Nildo. A mercantilização do lazer. In: *Revista Espaço Livre*, V.9, nº18, jul./dez. 2014.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.